

Este ano não vai ser igual àquele que passou: uma reportagem *longform* sobre a não realização do Carnaval de BH de 2021 durante a pandemia da Covid-19¹

Gabriel Salgado RIBEIRO²
João Pedro Barbosa Gruppi Coelho HENRIQUES
Luíza Moreira LANZA
Marcella Gasparete SILVA
Paula Nardy MOREIRA
PUC Minas, Belo Horizonte, MG

RESUMO Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação

44º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação - VIRTUAL - 4 a 9/10/2021

O trabalho apresenta o processo de criação da reportagem "Este ano não vai ser igual àquele que passou: uma reportagem *longform* sobre a não realização do Carnaval de BH de 2021 durante a pandemia da Covid-19", como trabalho prático de conclusão do curso de Jornalismo da PUC Minas. O relatório contém uma conceituação teórica acerca da história do Carnaval no Brasil e em Belo Horizonte, e os impactos da crise sanitária na cadeia produtiva da festa, além de um referencial sobre a reportagem digital de profundidade, o *longform*. O conteúdo do projeto é uma reportagem digital de profundidade, hospedada no domínio naovaiserigual.com, composta por três matérias jornalísticas, uma série com quatro perfis literários e um trabalho fotográfico, que discutem os impactos econômicos, culturais e simbólicos do cancelamento da folia carnavalesca em decorrência da pandemia da Covid-19, em Belo Horizonte.

PALAVRAS-CHAVE: Carnaval; Covid-19; Belo Horizonte; Cultura; Coronavírus

TEXTO DO TRABALHO

Introdução

O fortalecimento do Carnaval em Belo Horizonte na última década trouxe para o espaço da folia a discussão de questões sociais e políticas. Transformar luta e protesto em festa se tornou uma simbologia do Carnaval belo-horizontino, trazendo a combinação de pessoas e culturas como composição de um cenário único, permitindo a expressão de diferentes grupos. Após a maior edição de sua história em 2020, reunindo 4,5 milhões de

¹ Trabalho apresentado no

² Graduando



pessoas, a continuidade deste Carnaval foi interrompida pela crise sanitária que paralisou as rotinas das cidades do Brasil e do mundo, tentando conter a aglomeração de pessoas: a pandemia da Covid-19.

A partir das pesquisas e apurações feitas pelo grupo, a história do Carnaval na capital mineira e do fortalecimento recente dos blocos de rua, assim como as manifestações políticas presentes em marchinhas e fantasias, e a reivindicação do "direito à cidade", serviram de embasamento para que o grupo pudesse reportar o Carnaval — e a sua ausência — em sua complexidade, valorizando seu espaço como uma das manifestações culturais mais importantes do Brasil, evitando ao máximo os clichês muitas vezes atribuídos a festa durante as coberturas de imprensa.

O formato escolhido, o *longform*, permitiu o tratamento mais aprofundado do tema, com um tempo diferenciado de apuração e produção, além de possibilitar que o produto jornalístico mesclasse recursos audiovisuais a um texto bem construído. Esse nível de profundidade da pauta se contrapõe aos aspectos do jornalismo digital em que, geralmente, são veiculados textos mais curtos e fragmentados; e, por isso, permitiu que o grupo se dedicasse ao tema buscando abordá-lo em toda a sua complexidade. Para a publicação da reportagem, foi construído um site e um perfil no Instagram para que o trabalho fosse divulgado, envolvendo todos os desdobramentos necessários relacionados ao design, formatação, diagramação e revisão do material; a reportagem completa pode ser conferida no naovaiserigual.com.

Carnaval de BH

O Carnaval em Belo Horizonte teve início antes mesmo do surgimento oficial da cidade. Em fevereiro de 1897, os operários que trabalhavam na construção da cidade desistiram de voltar aos seus lares na folga do feriado e celebraram ali mesmo no, então, esboço de uma capital, explicam Carvalho, Silberschneider e Pinto (2017). Os foliões fantasiados seguiam os veículos enquanto seus ocupantes jogavam confetes e serpentinas. Já no ano seguinte, exatos 68 dias após a inauguração oficial da capital mineira, a celebração foi improvisada por alguns belo-horizontinos mais animados, aponta a matéria do jornalista Thiago Ventura, publicada no jornal Estado de Minas, em 2016.



No mesmo ano, no entanto, um grupo de foliões se reuniu para criar um Carnaval oficial de BH. Então, em 1899, surgiram as bandas carnavalescas, que ainda hoje desfilam nos bairros da cidade. O surgimento foi com o grupo chamado "Diabos de Luneta", sendo a primeira organização carnavalesca da capital, com o desfile sendo feito com dez carros alegóricos, simples, limitados, mas cheios de adereços, fantasias e críticas. A inspiração eram as grandes sociedades do Rio de Janeiro, como explica o historiador Marcos Maia no podcast "A história do Carnaval de BH, dos primórdios até a atualidade" do jornal *O Tempo*.

No ano de 1904 houve a criação do Clube Matakins, pioneiro nos desfiles com carros ornamentados. Mais adiante, em 1908, iniciam-se as batalhas de confetes, que só mais tarde ganhariam força no Parque Municipal Américo Renné Giannetti, onde uma multidão se reunia para "guerrear" e se divertir com confetes e serpentinas, segundo registros históricos de Teixeira (2005).

Na virada do século XIX para o século XX, as transformações econômicas mostravam uma clara divisão das esferas sociais na cidade: de um lado, havia uma elite que se inspirava em uma cultura urbana e europeia; enquanto do outro, as classes economicamente desfavorecidas eram formadas por ex-escravos e seus descendentes, além de brancos de origem mais humilde.

Em meados da década de 1930, por causa da burocracia, de crises financeiras e de um forte período de chuvas na data da festividade, o número de foliões, blocos e clubes de rua começou a cair. A festa só voltou a ganhar força no fim da década de 1940, com o surgimento dos blocos caricatos, que, incentivados pela prefeitura da cidade, permitiram que a periferia começasse a ocupar um espaço maior na folia. Os blocos que surgiram no cenário belo-horizontino até os anos 1960 eram compostos majoritariamente por jovens de classe média de bairros como Prado, Santa Tereza e Floresta, e, só a partir da década de 1970 e 1980 foram ocupados pela população da periferia.

Cada grupo tinha uma bandeira símbolo, uma temática, um ponto de encontro, um repertório musical, todos competindo para ser o melhor e mais prestigiado pela sociedade. As ruas e avenidas para desfile representavam muito para consagrar o nível dos clubes. Os mais prestigiados locais eram o centro comercial, o bairro Funcionários, a Rua da Bahia (que tinha bares e cafés elegantes), a Praça da Liberdade (que representava os poderes republicanos) e a grande Av. Afonso Pena, a principal da cidade. (CARVALHO; SILBERSCHNEIDER; PINTO, 2017, p.17)



Mesmo após anos de comemorações, o Carnaval de BH só foi oficializado em 1980, quando a Prefeitura de Belo Horizonte (PBH) criou o Decreto Municipal nº. 3.676/1980. Com os avanços da tecnologia, novos trios elétricos começaram a tomar conta dos espaços onde ficavam os foliões e naquele ano foi realizado o primeiro desfile na avenida Afonso Pena, de acordo com Faraci Moreira (2018).

Entretanto, ao invés de seguir uma trajetória crescente, a festa na cidade começou a atrair menos pessoas, fazendo com que ficasse cada vez mais vazia durante o feriado na década de 1990. A situação não mudou muito até 2009, quando a folia começou a renascer, mas de forma desorganizada e sem apoio dos órgãos públicos. Conforme explica o antropólogo Rafa Barros, para o jornal *O Beltrano*, a burocracia era um grande empecilho para a realização de eventos, e eram cobradas diversas taxas e autorizações do poder municipal. Além disso, em 2003, o então prefeito Fernando Pimentel (PT) cancelou todos os eventos promovidos pela prefeitura durante o Carnaval sob o pretexto das fortes chuvas. O valor que seria utilizado na festa foi destinado às vítimas das enchentes que atingiram a capital naquele ano (Carvalho, Silberschneider e Moura Pinto, 2017).

No dia 9 de dezembro de 2009 foi publicada no Diário Oficial do Município (DOM) a lei em que o então prefeito de Belo Horizonte, Márcio Araújo de Lacerda em conformidade com o disposto do artigo 31 da Lei Orgânica Municipal, considerando a dificuldade em limitar o número de pessoas e a depredação do patrimônio público verificado nos últimos eventos realizados na Praça da Estação, no centro da capital mineira, proibiu a realização de qualquer evento no local. O decreto entraria em vigor no dia 1º de janeiro de 2010.

Em protesto à publicação do decreto, a população criou o evento Praia da Estação, em que centenas de pessoas se reuniram na praça do Centro da capital mineira para confraternizar. O evento fez tamanho sucesso que, no dia 4 de maio do mesmo ano, o decreto foi revogado. Assim, os eventos deveriam ser apenas licenciados, para disciplinar a realização de eventos no local, conforme também divulgado no Diário Oficial do Município. Segundo Faraci Moreira (2018), esse foi um ponto de partida para o vindouro crescimento exponencial de blocos de rua nos anos que se seguiram. Blocos estes, que retornaram já com um caráter político, de protesto e na tentativa de retomada dos espaços públicos da cidade.



Já em 2015, mais de 1,5 milhões de foliões tomaram as ruas da capital mineira em fevereiro, conforme dados divulgados pela Empresa Municipal de Turismo de Belo Horizonte (Belotur). Aproximadamente 200 blocos desfilavam pela cidade, com recorde para o Baianas Ozadas, que ao som de axé atraiu cerca de 100 mil pessoas para a rua. A Prefeitura e patrocinadores investiram R\$5,5 milhões desse carnaval, entretanto, foliões ainda se queixaram da estrutura, especialmente em relação a higienização (G1, 2015).

Em 2016, o investimento para o carnaval sofreu uma queda de R\$ 2 milhões, valor diminuído devido à queda de patrocínios, informou a Belotur (G1, 2016). Apesar disso, a renda gerada foi de cerca de R\$ 54,7 milhões para o município, 233,5% a mais do que a folia de 2015, que gerou R\$ 16,4 milhões, atraindo também um número de visitantes de mais de 96 mil pessoas (EM, 2016). No ano seguinte, a Belotur informou que a festa bateu recorde de público com 3 milhões de pessoas nas ruas. Além disso, cerca de 350 blocos arrastaram multidões em 416 desfiles pela cidade (G1, 2017).

Os carnavais de 2019 e 2020 surgiram com novos recordes para a capital mineira, com 4,3 milhões de foliões (G1, 2019) e 4,5 milhões (G1, 2020), respectivamente. Em entrevista para o jornal *Estado de Minas*, o professor de antropologia da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas), José Márcio Barros, apontou que as fantasias repaginadas em atos políticos lotaram as ruas brasileiras, um fenômeno que vem desde 2013, quando a polarização política se acirrou no país, não sendo diferente do ano de 2020 em Belo Horizonte.

O carnaval é um acontecimento singular, na medida em que integra festa, crítica e protesto social. É essa articulação criativa e massiva do prazer com o protesto que faz do carnaval um evento único no Brasil. As fantasias, as marchinhas e a própria ocupação do espaço urbano são as formas de realizar essa junção. As fantasias de protestos e críticas são, na maioria das vezes, relacionadas a eventos e personagens do mundo da política, dada a característica da cultura do Brasil, onde os cidadãos compartilham pouca ou nenhuma confiabilidade em seus próprios representantes. (BARROS, 2020, np.)

O carnaval de 2021, por outro lado, vem sob novos moldes. O atual prefeito de Belo Horizonte, Alexandre Kalil (PSD), se pronunciou informando que não haveria festa conforme o feriado tradicional, devido a pandemia do novo coronavírus. Diante da situação, o Carnaval de BH ficou restrito às lives nas redes sociais. Desta vez, não houve vendedor ambulante na rua, nem glitter e purpurina espalhados pelo asfalto. Em 2021, o que ficou marcado foi a



esperança de um 2022 melhor.

O Carnaval e a pandemia do novo coronavírus

A dinâmica das relações pessoais, políticas, econômicas e culturais foram drasticamente alteradas no ano de 2020 e 2021 em todo o mundo com o início da pandemia do novo coronavírus. De acordo com o painel de monitoramento da doença da Universidade John Hopkins, nos Estados Unidos, até o dia 23 de julho de 2021 haviam 192.925.327 casos de Covid-19 em 192 países do planeta, além de 4.140.545 mortes em decorrência da contaminação.

A Covid-19, doença causada pelo vírus Sars-CoV-2³, pode causar nos pacientes quadros variados entre um resfriado até uma pneumonia severa. Os sintomas mais comuns são tosse, febre, perda do olfato, alteração do paladar e cansaço. A transmissão do vírus se dá a partir de gotículas de saliva de uma pessoa doente, seja por contato direto ou indireto, através de apertos de mão, da fala, de espirros e tosse ou de superfícies contaminadas. Assim, a principal medida conhecida para prevenir a contaminação pelo novo coronavírus é o isolamento e distanciamento social.

A alta taxa de contágio da doença e a necessidade de se evitar aglomerações fechou comércios, escolas, empregos e fronteiras; adiou grandes eventos, como os Jogos Olímpicos de Tóquio, previstos para julho de 2020; impactou as economias globais, e instaurou uma crise política e sanitária no Brasil, entre quedas de ministros, defesa de medicamentos, e questionamento da ciência.

A paralisação das atividades causada pela pandemia suspendeu, também, as atividades do setor cultural, um dos primeiros a serem fechados e um dos últimos a começarem a reabrir. Shows, eventos, feiras, festas, cinemas, teatros e museus foram, quase em sua totalidade, proibidos durante os quatro primeiros meses da crise sanitária. Para Vilutis (2020), a dificuldade trazida pelo isolamento social e pela privação de liberdade escancarou, ainda mais, outros problemas e contradições do modelo de desenvolvimento vigente, não somente na cultura.

Essas formas de privação de liberdade foram reforçadas na pandemia, o que por sua vez exacerbou contradições, desigualdades e outras insustentabilidades que não são

-

³ O Sars-CoV-2, causador da Covid-19, é chamado de "novo" coronavírus porque faz parte de uma família maior de coronavírus, que possui membros já conhecidos pelos cientistas: o Sars-CoV e o Mers-CoV.



apenas ambientais, nem econômicas, mas dizem respeito à crise civilizatória mais profunda em que estamos inseridos como sociedade. (VILUTIS, 2020, p. 14)

O setor cultural no Brasil, porém, já estava fragilizado antes da pandemia. Desde 2016, o orçamento do Ministério da Cultura diminuiu com a aprovação da PEC 241, conhecida como "PEC do teto de gastos". A estrutura do principal órgão cultural do país foi sendo reformada, diminuída, até perder o cargo de ministério e ser transformada em Secretaria Especial de Cultura em 2019. Conforme afirma Oliveira (2020), trata-se de uma "crise sobre a crise" (*apud* BARROS, 2020, p. 59):

Algo que me parece tão fundamental quanto óbvio afirmar, neste momento, é que não se trata de uma crise que afeta um contexto que, no momento anterior, não estava em crise. Ao contrário, trata-se de crise sobre crise. Obviamente isso não significa minimizar os efeitos da pandemia no setor cultural (ou em nenhuma outra esfera da existência, vale deixar claro), mas somente reconhecer que essa catástrofe sanitária e a decorrente necessidade de paralisação das atividades externas – fundamental para garantir alguma capacidade de operação ao sistema de saúde – agravam brutalmente algumas situações de vulnerabilidade que a esfera da cultura já vinha vivenciando no contexto brasileiro, e que vieram se deteriorando de forma especialmente acentuada nos últimos cinco anos. (Oliveira, 2020, n.p apud BARROS, 2020, p. 59)

Em um momento de instabilidades e falta de recursos, destaca-se a aprovação da Lei de Emergência Cultural Aldir Blanc⁴, sancionada para possibilitar um socorro financeiro aos trabalhadores, empresários e produtores culturais que tiveram as atividades laborais totalmente paralisadas pela Covid-19. Em Belo Horizonte, o repasse de R\$ 15,8 milhões foi feito à prefeitura pela União no dia 22 de setembro. Outro projeto de lei, este que ainda não foi votado e aprovado, voltado para socorrer o setor cultural é a PL 4219/20, batizada de Lei Moraes Moreira. O texto prevê um repasse de R\$ 3 bilhões para apoiar, especificamente, trabalhadores envolvidos com as duas principais festas populares no Brasil: a festa junina e o Carnaval.

A pandemia do novo coronavírus, porém, não é a primeira crise sanitária a paralisar as atividades no mundo. No século XX, a Gripe Espanhola matou entre 50 e 100 milhões de pessoas entre 1918 e 1919. Surgida nos Estados Unidos, mas rapidamente difundida por uma Europa em guerra, a peste é considerada a "mãe das pandemias". No Brasil, a cidade mais afetada pela Espanhola foi o Rio de Janeiro, a capital da República, deixando cerca de 15 mil vítimas.

-

⁴ A Lei Federal 14.017/2020, sancionada em 29 de junho de 2020, dispõe sobre ações emergenciais destinadas ao setor cultural diante do estado de calamidade pública decretado pela União em função da pandemia da Covid-19.



Entre as recomendações da época para conter a disseminação do vírus *influenza*, estava, assim como na pandemia da Covid-19, o isolamento social e a adoção de hábitos de higiene, como a lavagem das mãos, rosto e das superfícies de contato. Mas, em um primeiro momento em que a ciência e as autoridades pouco sabiam acerca da enfermidade, foi muito difícil conter a expansão da doença.

Conta-se que, à medida em que morriam, os cariocas iam sendo recolhidos por funcionários da prefeitura que iam jogando os corpos dentro de caçambas pelas ruas da cidade. Os cadáveres eram empilhados, e, nos cemitérios, as valas recém abertas acumulavam dezenas de corpos.

Para Santos (2006), a morte era um elemento tão constante no cotidiano carioca que era impossível ignorá-la. Sua presença constante aliada à impossibilidade de realização dos ritos que comumente a acompanham — enterro, velórios, celebrações religiosas — cria um elemento perturbador da sociedade da época. Ele acredita que o medo da Gripe Espanhola e o desconhecimento da doença fizeram com que os comportamentos sociais se alterassem, em uma tentativa de fuga da realidade através do prazer.

Os atos referentes à morte reforçavam a solidariedade entre as pessoas. Porém, quando a morte acontece em períodos de graves crises sociais como guerras, fome e epidemias, torna-se um elemento perturbador à sociedade. Diante da 'indesejada' desaparecem os ritos, as atitudes sociais modificam-se, levando à instabilidade das normas. Diante do avanço do mal, a solução mais comum era a fuga. A doença asquerosa não devia mesmo inspirar solidariedade entre os homens. Talvez aumentasse o desejo de escapar do triste destino. Certamente, para muitos, o fim do mundo era próximo e certo, o que os levava a tentar esquecer a doença no prazer. (SANTOS, 2006, p.135)

A situação de calamidade durou até meados de novembro, quando a taxa de mortalidade e a incidência de novos casos da gripe foram diminuindo. Aos poucos, as pessoas começaram a retomar as atividades cotidianas fora de casa, que, de acordo com Santos (2006), eram marcadas por um contexto de medo e alegria. E, assim, quando em 1919 chega o Carnaval, "parece que os cariocas não se intimidaram e caíram na *farra*" (Santos, 2006). Uma das marchinhas da folia da época, cantada no Democráticos⁵ para promover um baile no dia 11 de janeiro de 1919, ilustra bem o sentimento daquela sociedade:

_

⁵ O Democráticos Carnavalescos é um dos mais emblemáticos clubes da história do Rio de Janeiro. Fundado em 1867 por um grupo de comerciantes e boêmios, o local ficou famoso por organizar festas e fazer críticas ao governo imperial instaurado no Brasil da época.



Assim é que é! Viva a folia! Viva Momo – Viva a Troça! Não há tristeza que possa Suportar tanta alegria. Quem não morreu da Espanhola, Quem dela pode escapar Não dá mais tratos à bola Toca a rir. Toca a brincar...

O Carnaval de 1919 ficou conhecido pelos memorialistas como o mais animado, festivo e libertino já visto até então no Rio de Janeiro. Não eram poucas as músicas, os blocos e as fantasias que faziam alusão à Gripe. Para Santos (2006), "ao que parece, houve uma dramatização carnavalesca da situação que os vitimara. Tudo era motivo de alegria e riso". A busca pelo prazer, a ruptura das normas sociais e o misto de medo e alegria marcaram os momentos que, para os foliões, poderiam ser os últimos da vida. O escritor Nelson Rodrigues, em seu livro A Menina Sem Estrela, relembra o período e a folia que marcou a sociedade carioca em 1919.

Eu diria que era a morte, sim a morte que desfigurava a cidade e a tornava irreconhecível. A Espanhola trouxera no ventre costumes jamais sonhados. E, então, o sujeito passou a fazer coisas, a pensar coisas, a sentir coisas inéditas e, mesmo, demoníacas... Estou aqui reunindo as minhas lembranças. Aquele Carnaval foi, também, e sobretudo, uma vingança dos mortos mal vestidos, mal chorados e, por fim, mal enterrados. Desde as primeiras horas de sábado, houve uma obscenidade súbita, nunca vista, e que contaminou toda a cidade. Mocinhas, rapazes, senhoras, velhos cantavam uma modinha tremenda. Eis alguns versos: "Na minha casa não racha lenha. Na minha racha, na minha racha/ Na minha casa não há falta de água/ Na minha abunda", etc. etc. (Rodrigues, 1967, p. 76 apud SANTOS, 2006, p.140-141)

A esperança de repetir o feito de 1919 em um possível Carnaval de 2021 levou a G.R.E.S. Unidos do Viradouro, atual campeã do desfile carioca, a lançar "Não Há Tristeza que Possa Suportar Tanta Alegria" como enredo oficial da folia futura. Para Bártolo e Sousa (2020), por trás da homenagem a uma das maiores festas da história, está a esperança de se carnavalizar, novamente, a tragédia.

O enredo da Viradouro coloca a atual pandemia em perspectiva histórica e abre a possibilidade esperançosa de carnavalizá-la, lembrando-nos que os sambistas e populares que frequentavam a Festa da Penha no século passado elaboraram e atribuíram sentido às dores e perdas daquele período transformando a espanhola em marchinha. (BÁRTOLO; SOUSA, 2020, p. 201).

Colocadas as semelhanças da Espanhola com a atual pandemia do novo coronavírus, como o despreparo do governo em responder à doença, o alto risco de contágio dos vírus e o grande número de vítimas, é preciso pontuar também as diferenças. A principal delas, e talvez



maior empecilho para a realização de grandes eventos como o Carnaval, seja a forma como a Gripe Espanhola acabou em poucas semanas.

Em entrevista ao jornal *O Tempo*, a historiadora que coordena estudos sobre a história da saúde e das doenças na Universidade Federal do Paraná (UFP), Liane Maria Bertucci, avalia que a queda das contaminações estava diretamente ligada à rigidez das medidas de isolamento adotadas.

Os médicos perceberam que o auge da gripe espanhola teve a mesma média de outras gripes, que foi de seis a sete semanas em cada região. Neste período, o lugar é completamente varrido, dependendo de como medidas são implementadas; em seguida, registraram uma retração rápida. Em 1919, houve poucos registros de lugares com uma nova onda da epidemia. (BERTUCCI, 2020, p. 1)

Com a reabertura das cidades no Brasil mesmo com o ainda alto número de novos casos de Covid-19 e um número de mortes ainda elevado, é difícil prever que, sem uma vacina que imunize massivamente a população, o novo coronavírus desapareça como fez a *influenza*. A possibilidade do irreverente Carnaval de 1919 se repetir em 2021, porém, ficou no desejo. Com a chegada de uma segunda onda de contaminações, nos primeiros meses do ano, o Carnaval de 2021, que estava marcado para começar no sábado, 16 de fevereiro, acabou cancelado por todo o Brasil.

O atual prefeito de BH, Alexandre Kalil declarou que "é birutice [sic]" pensar no Carnaval neste cenário de calamidade. Para o Administrativo municipal da capital mineira, "o caminho vai ser realmente as mudanças de datas. O Carnaval, obviamente, ele tem a cara da vacina". O estado de Minas Gerais não decretou ponto facultativo e o comércio pode funcionar normalmente; em Belo Horizonte, apenas bares e restaurantes permaneceram fechados para evitar aglomerações clandestinas.

As agremiações carnavalescas de BH também concordaram com a inviabilidade de realização da festa em fevereiro. À *Rádio Itatiaia*, o Rei Momo Wallace Guedes, defendeu que, para além do curto prazo para preparo dos desfiles, há também falta de recursos. Segundo ele, "as escolas de samba dependem de um prazo maior para realizar essa festa. Justamente porque não é fácil colocar um bloco na rua sem aprender a tocar um instrumento musical."



Além desse preparo da festividade, as agremiações responsáveis pelo Carnaval estão trabalhando também em outras frentes. Durante o período inicial da pandemia, quando as atividades comerciais estavam quase totalmente paralisadas, as escolas de samba deixaram a festa de lado e assumiram um outro papel: a tentativa de redução da vulnerabilidade de suas comunidades de origem.

A potência associativa e criativa das comunidades articuladas em torno das escolas de samba, evidenciada anualmente na confecção dos desfiles, agora é mobilizada em redes de proteção e solidariedade contra a epidemia e a fome. Assim como terreiros, igrejas, associações de moradores e projetos sociais, as escolas de samba integram uma complexa rede de sociabilidades nos territórios em que estão localizadas e demonstram uma capacidade de enraizamento que permite alcançar a ponta de uma cadeia onde diversos agentes do Estado não chegam. (BÁRTOLO; SOUSA, 2020, p. 197)

Essa mobilização das comunidades possibilitou, também, que o calendário anual das escolas de samba seguisse através de outros formatos. No Rio de Janeiro, por exemplo, a tradicional feijoada promovida pela G.R.E.S. Beija-Flor de Nilópolis, para lançamento do enredo carnavalesco, este ano, foi realizada através de uma transmissão pelo Youtube. Assim, a virtualização dos eventos que envolvem os preparativos da festa abrem novas possibilidades para se pensar em um Carnaval dentro das restrições sanitárias impostas pela Covid-19.

Ao mesmo tempo, ao possibilitarem a mobilização virtual do corpo social das agremiações em torno de eventos que marcam o seu calendário, sinalizam possibilidades criativas de realização do processo ritual carnavalesco. Embora não ofereçam respostas, essas ações abrem o debate sobre quando e como as escolas desfilarão, uma questão absolutamente legítima que convive com a preocupação prioritária de salvar vidas. (BÁRTOLO; SOUSA, 2020, p. 199)

A apropriação das plataformas digitais pode ser um caminho não somente para o preparo do Carnaval, mas para a recuperação do setor cultural como um todo. Para Costa e Rattes (2020), "é transpor barreiras para, assim, manter a produção cultural viva e presente no cotidiano das pessoas, bem como manter a fidelização daqueles que já se envolvem com a arte e a cultura".

Para os sambistas, há agora várias questões em pauta para além dos formatos virtuais: os impactos da economia na festa, a indissociabilidade dos desfiles da data do calendário cristão, a dependência de produtos e materiais principalmente de origem chinesa. Mas, apesar da falta de respostas concretas sobre a possibilidade de realização ou não da festa, Bártolo e Sousa (2020) defendem que pensar no Carnaval tem um simbolismo importante que pode ajudar a sociedade brasileira a superar as tragédias causadas pela pandemia.



Pensar e planejar o carnaval, do qual não se sabe quando nem como acontecerá parece-nos um esforço dos sambistas e artistas carnavalescos em dar continuidade a um processo ritual pelo qual constroem a principal manifestação simbólica coletiva do país. Em meio a tantas incertezas, o impulso humano de se expressar e festejar é incorporado à urgência de sobreviver à pandemia. É dos escombros do real que poderá nascer o sonho do próximo desfile. (BÁRTOLO; SOUSA, 2020, p. 201-202)

Mesmo com as diferenças com o período da Gripe Espanhola, em 1919, a pandemia do novo coronavírus parece deixar a mesma promessa: tão logo acabe, ressurgirá a ocupação coletiva, festiva e libertina das ruas do Brasil na maior de nossas festas, o Carnaval.

Linha editorial

Levando-se em consideração a discussão apresentada, o objetivo do trabalho, portanto, seria criar um produto jornalístico digital que conseguisse abordar com profundidade as questões relacionadas à não realização do Carnaval de 2021 em Belo Horizonte, em decorrência da pandemia do novo coronavírus.

Com as possibilidades de uma apuração de maior fôlego, acompanhando o primeiro semestre de 2021, e as potencialidades permitidas pelo ambiente digital, como a utilização de imagens, texto, áudio e vídeo, o grupo tentou abordar o Carnaval na pandemia através de um enfoque diferente daquele sob o qual tradicionalmente se discute a folia. Colocando em perspectiva os impactos econômicos, turísticos e culturais do evento, as disputas políticas em questão, a reportagem traz o posicionamento e as percepções das instituições públicas, dos blocos de rua, dos realizadores e produtores da festa, e dos foliões belo-horizontinos.

O formato que melhor permitiria abordar o tema escolhido, com a profundidade e espaço adequados, seria uma longa reportagem para web. A reportagem digital em longform consiste em um texto-notícia que explora profundamente determinado tema, podendo trazer diversos elementos multimidiáticos, como fotos, vídeos, áudios, gráficos ou artes próprias. Além disso, o texto busca trazer recursos da hipermídia, como interatividade ao utilizar recursos disponibilizados principalmente por dispositivos móveis e multilinearidade. De acordo com Raquel Longhi e Kérley Winques (2015), a reportagem ganha destaque no que diz respeito ao tamanho do texto, o diferenciando das primeiras narrativas do jornalismo online, que buscavam um texto mais objetivo e com rápida leitura. Para além do formato, destaca-se, ainda, a apuração, a contextualização e o aprofundamento que as narrativas em longform permitem.



Entendendo que este era o melhor formato para dar ao tema o tratamento desejado pelo grupo, ficou estabelecido que o produto deste trabalho prático seria uma reportagem *longform* que abordasse questões referentes ao não Carnaval de 2021, em Belo Horizonte. A partir deste tema principal, o grupo desenvolveu cinco diferentes pautas, em uma tentativa de trabalhar a festa em toda a sua complexidade, a partir de seus aspectos políticos, econômicos, culturais e simbólicos de um Carnaval pandêmico. Em três reportagens menores, um trabalho fotográfico e uma editoria de perfis, a publicação trabalhou, ainda, com base no histórico da folia belo-horizontina e o fortalecimento da festa de rua na última década, pautando a apropriação dos espaços urbanos, o "direito à cidade" e as manifestações políticas presentes nos blocos.

A publicação tem como público-alvo jovens e adultos que se interessem por assuntos relacionados ao Carnaval de Belo Horizonte, pautado por questões sociais, políticas e históricas que se relacionam à trajetória da folia belo-horizontina. A partir do público-alvo e da linha editorial que desejamos atingir, a linguagem é jornalística e objetiva, mas que também permite uma abordagem literária e de profundidade, com enfoque em questões históricas, políticas e culturais, trazendo como protagonista o Carnaval de Belo Horizonte de 2021.

Pensando nos novos modelos de jornalismo, concluímos que a melhor opção para hospedar essa reportagem seria em um *site* próprio para ela. Dessa forma, ao contrário de uma revista digital, formato anteriormente pensado pelo grupo, não precisaríamos ficar presos a uma periodicidade para o projeto fazer sentido. "Este ano não vai ser igual àquele que passou" é, portanto, uma reportagem de edição única. Além disso, pensamos na possibilidade, alinhado à campanha de divulgação, de atingir o máximo de pessoas possível *online*, sem a barreira de um produto físico.

REFERÊNCIAS

BACCIN, A. A narrativa hipermídia longform no jornalismo contemporâneo. In: SBPJor – Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo, 13., Campo Grande. Anais... Campos Grande: UFMS, 2015. Disponível em: < https://docplayer.com.br/39897063-A-narrativa-hipermidia-longform-no-jornalismo-contemporaneo.html>. Acesso em: 11 dez. 2020.



BÁRTOLO, L.; SOUSA, J. G. Notas sobre as escolas de samba e a pandemia do novo coronavírus. **Cadernos de Campo (São Paulo 1991)**, v. 29, n. supl, p. 194-203, 24 ago. 2020. Disponível em: http://www.revistas.usp.br/cadernosdecampo/article/view/170236>. Acesso em: 12 set. 2020.

BEZERRA, Amélia C. A. Festa e cidade: entrelaçamentos e proximidades. IN: ESPAÇO E CULTURA, UERJ, RJ, N. 23, P. 7-18, JAN./JUN. DE 2008

BH teve 4,5 milhões de foliões no carnaval, sendo 211 mil turistas. **G1 MG**, Belo Horizonte, 4 mar. 2020. Disponível em:

https://g1.globo.com/mg/minas-gerais/noticia/2020/03/04/belo-horizonte-teve-45-milhoes-de-folioes-211-mil-eram-turistas-segundo-belotur.ghtml Acesso em: 18 out. 2020.

CAMPOS, Tamara S. Pensando o longform à luz das sete características do webjornalismo: um estudo de caso de uma série de O Globo. **Qualidade no Jornalismo, Democracia e Ética (1)**, v. 16 n. 2 (2019). Disponível em: https://periodicos.ufsc.br/index.php/jornalismo/article/view/1984-6924.2019v16n2p157>. Acesso em: 11 dez. 2020.

CARVALHO, Ana Clara; SILBERSCHNEIDER, Flora; PINTO, Mirna. Carnaval em Belo Horizonte: práticas tradicionais, ressurgências e novos sentidos. Trabalho de Conclusão de Curso - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Belo Horizonte, p. 103, 2017.

GÓES, Fred. "A imagem do carnaval brasileiro: do entrudo aos nossos dias." *Revista Textos do Brasil* n° 15.

LONGHI, Raquel; WINQUES, Kérley. "O LUGAR DO LONGFORM NO JORNALISMO ONLINE: Qualidade versus quantidade e algumas considerações sobre o consumo." Disponível em: https://periodicos.ufsc.br/index.php/jornalismo/article/view/1984-6924.2017v14n1p89 Acesso em: 14 dez. 2020.

MOREIRA, Matheus Faraci. O impacto econômico dos desembolsos da Belotur com o carnaval de Belo Horizonte. **Fundação João Pinheiro**, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 1-60, nov./2018. Disponível em:

http://monografias.fip.mg.gov.br/bitstream/123456789/2539/1/O%20impacto%20econ%c3%b4mico



%20dos%20desembolsos%20da%20BELOTUR%20com%20o%20carnaval%20de%20Belo%20Horizonte%20em%202018.pdf> Acesso em: 18 out. 2020.

PEREIRA FILHO, H. F. **Glórias, conquistas, perdas e disputas:** as muitas máscaras dos carnavais de rua em Belo Horizonte (1899-1936). Dissertação (Mestrado). Curso de Pós-Graduação em História. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2006.

PORTAL 6. DECRETO N.º 13.960 DE 04 DE MAIO DE 2010. **PBH**. Disponível em: http://portal6.pbh.gov.br/dom/iniciaEdicao.do?method=DetalheArtigo&pk=1031517> Acesso em: 18 out. 2020.

PORTAL 6. DECRETO Nº 13.798 DE 09 DE DEZEMBRO DE 2009. **PBH.** Disponível em: http://portal6.pbh.gov.br/dom/iniciaEdicao.do?method=DetalheArtigo&pk=1017732 Acesso em: 18 out. 2020.

ROCHA, Juliana. A pandemia da gripe de 1918. **Fundação Oswaldo Cruz**. Disponível em: http://www.invivo.fiocruz.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=815&sid=7. Acesso em: 15 out. 2020.

RODRIGUES, Fábio. Características que sustentam as reportagens longform na internet. **Pós em Revista**, [S.l.], v. 1, n. 1, p. 16, dez. 2018. ISSN 2595-914X. Disponível em: https://periodicos.uniuv.edu.br/posemrevista/article/view/411. Acesso em: 14 dez. 2020.

SANTOS, Caio. O Carnaval da mudança. **O Beltrano,** [s.d] Disponível em: https://www.obeltrano.com.br/portfolio/o-carnaval-da-mudanca/ Acesso em: 18 out. 2020.

SANTOS, Ricardo Augusto dos. O Carnaval, a peste e a 'espanhola'. **Hist. cienc. saude-Manguinhos**, Rio de Janeiro , v. 13, n. 1, p. 129-158, mar. 2006 . Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59702006000100008&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 10 set. 2020.

VENTURA, Thiago. Carros fantasiados marcam a história do Carnaval de Belo Horizonte. Estado de Minas, 2016. Disponível em https://estadodeminas.vrum.com.br/app/noticia/nostalgia/2016/02/03/interna_nostalgia,51775/carros-fantasiados-marcam-historia-do-carnaval-em-belo-horizonte.shtml Acessado em 14 out. 2020